Banco Moneo S.A.

CNPJ: 07.441.209/0001-30
NIRE 43 3 0004531-5

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

Ativo	2015	2014
Circulante	400.358	398.128
Disponibilidades	8	24
Aplicações interfinanceiras de liquidez	19.156	27.479
Aplicações no mercado aberto (Nota 4)	19.156	27.479
Operações de crédito	330.096	315.546
Setor privado (Nota 5.a)	356.720	332.080
Prov. para oper. de crédito de liquid. duvid. (Nota 5.e)	(26.624)	(16.534)
Outros créditos	7.885	8.815
IR e contribuição social diferidos (Nota 15.b)	5.679	4.310
Títulos e créditos a receber (Nota 5.a)	–	402
Outros créditos diversos (Nota 6)	2.206	4.486
Prov. para outros créditos de liquid. duvid. (Nota 5.e)	–	(383)
Outros valores e bens (Nota 7)	43.213	46.264
Realizável a longo prazo	521.225	549.601
Operações de crédito	493.997	532.732
Setor privado (Nota 5.a)	521.863	553.663
Prov. para opera. de créd. de liquid. duvid. (Nota 5.e)	(27.866)	(20.931)
Outros créditos	27.228	16.869
IR e contribuição social diferidos (Nota 15.b)	27.228	16.869
Permanente	836	1.044
Imobilizado de uso	392	557
Imobilizado de uso	868	1.169
Depreciações acumuladas	(476)	(612)
Intangível	444	487
Intangível	1.186	1.098
Amortizações acumuladas	(742)	(611)
Total do ativo	922.419	948.773

Passivo e patrimônio líquido	2015	2014
Circulante	289.588	277.045
Depósitos	39.425	38.842
Depósitos interfinanceiros (Nota 8)	39.425	38.842
Obrig. por repasses do País - Instituições oficiais	235.174	223.769
BNDES (Nota 9)	235.174	223.769
Outras obrigações	14.989	14.434
Cobrança e arrecadação de trib. e assemelhados	110	54
Dividendos (Nota 14.c)	4.472	4.707
Fiscais e previdenciárias (Nota 10)	4.350	4.718
Outras obrigações (Nota 11)	6.057	4.955
Exigível a longo prazo	444.682	487.335
Obrig. por repasses do País - Instituições oficiais	444.600	487.040
BNDES (Nota 9)	444.600	487.040
Outras obrigações	82	295
Outras obrigações (Nota 11)	82	295
Resultados de exercícios futuros	98	209
Receitas de exercícios futuros (Nota 13)	98	209
Patrimônio líquido (Nota 14)	188.051	184.184
Capital	150.000	150.000
Reservas de lucros	38.127	34.184
Ajustes de avaliação patrimonial	(76)	-
Total do passivo e patrimônio líquido	922.419	948.773

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro 2015 e 2014 e semestre findo em 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de Reais)

		Reservas de lucros				
	Capital social	Legal	Estatutária	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2013	100.000	5.852	68.389	(295)	–	173.946
Incorporação de Capital (Nota 14.a)	50.000	–	(50.000)	–	–	–
Dividendos propostos	–	–	–	–	(4.707)	(4.707)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	14.650	14.650
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–	–	295	–	295
Destinações:						
Reserva legal	–	732	–	–	(732)	–
Reservas de lucros	–	–	9.211	–	(9.211)	–
Em 31 de dezembro de 2014	150.000	6.584	27.600	–	–	184.184
Variação do exercício	50.000	732	(40.789)	295	–	10.238
Em 31 de dezembro de 2014	150.000	6.584	27.600	–	–	184.184
Dividendos propostos	–	–	–	–	(4.472)	(4.472)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	8.415	8.415
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–	–	(76)	–	(76)
Destinações:						
Reserva legal	–	421	–	–	(421)	–
Reservas de lucros	–	–	3.522	–	(3.522)	–
Em 31 de dezembro de 2015	150.000	7.005	31.122	(76)	–	188.051
Variação do exercício	–	421	3.522	(76)	–	3.867
Em 30 de junho de 2015	150.000	6.706	29.918	(17)	–	186.607
Dividendos propostos	–	–	–	–	(4.472)	(4.472)
Lucro líquido do semestre	–	–	–	–	5.975	5.975
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–	–	(59)	–	(59)
Destinações:						
Reserva legal	–	299	–	–	(299)	–
Reservas de lucros	–	–	1.204	–	(1.204)	–
Em 31 de dezembro de 2015	150.000	7.005	31.122	(76)	–	188.051
Variação do semestre	–	299	1.204	(59)	–	1.444

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: O Banco Moneo S.A. com sede em Caxias do Sul R/S, iniciou suas atividades em 01 de julho de 2005 e atua sob a forma de banco múltiplo, estando autorizado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a operar nas carteiras "investimento", "crédito, financiamento e investimento" e de "arrendamento mercantil", tendo como objetivo básico a realização de financiamento para aquisição de bens e serviços, visando o atendimento das necessidades dos clientes da Marcopolo S.A., empresa líder do grupo Marcopolo ao qual o Banco pertence. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento. A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras foi datada pela Diretoria em 15 de fevereiro de 2016. **3. Resumo das principais práticas contábeis a. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Banco. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **b. Apuração de resultados:** As receitas e despesas estão contabilizadas pelo regime de competência. **c. Caixa e equivalentes de caixa - Demonstração dos fluxos de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As aplicações interfinanceiras de liquidez estão contabilizadas pelos valores de realização e os rendimentos estão contabilizados em função do prazo decorrido até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.**d. Títulos e valores mobiliários:** De acordo com a Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001 do BACEN e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da administração, em três categorias a saber: **(i) Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; **(ii) Títulos disponíveis para a venda** - Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e **(iii) Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. **e. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa**: As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito estão classificadas observando os parâmetros mínimos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação por níveis de risco (de AA até H). As operações de crédito prefixadas estão contabilizadas pelo valor até o vencimento reduzidas das rendas a apropriar, que são calculadas pelo método exponencial e apropriadas ao resultado, segundo o regime de competência. A atualização *("accrual")* das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, são mantidas em rendas a apropriar. As baixas de operações de crédito contra prejuízo *("write-offs")* são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle destes valores ocorre em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais. Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos prazos, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa está constituída em montante considerado suficiente pela administração para cobertura de eventuais perdas, com base nos percentuais de provisionamento requeridos pela Resolução nº 2.682/99 para cada nível de risco, associadas às avaliações procedidas pela administração, na determinação dos riscos de crédito. **f. Ativo permanente:** O imobilizado de uso está registrado ao custo de aquisição. A depreciação é computada pelo método linear com base na vida útil dos bens, estimada em cinco anos (sistema de processamento de dados) e dez anos (móveis e equipamentos de uso). O ativo intangível está representado por gastos com implementação de software e está sendo amortizado em 5 anos. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado ao seu valor recuperável quando este for maior que seu valor recuperável estimado. **g. Imposto de renda e contribuição social:** Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados no grupo "Outros créditos". A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R$ 240 e a provisão para a contribuição social sobre o lucro, conforme MP 675 convertida em Lei nº 13.169 de 06 de outubro de 2015, é calculada a 20% (A ALÍQUOTA ERA DE 15% até 31 de agosto de 2015). A PARTIR DE JANEIRO DE 2019, A ALÍQUOTA VOLTA A SER 15%. Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização. Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% estão sendo reconhecidos no montante suficiente para seu consumo até o final da vigência da nova alíquota (dezembro de 2018), conforme Lei n.º 13.169/2015. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. **h.Ativos e passivos contingentes:** De acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009: **• Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização. **• Passivos contingentes** - São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. O Banco reconhece a provisão para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos. São constituídas provisões levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação. **i. Outros ativos e passivos:** Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base "pro-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base "pro-rata" dia). **j. Estimativas:** Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras do Banco incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, outras provisões e projeções de realização de créditos tributários. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. O Banco revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente. **4.Aplicações interfinanceiras de liquidez:** Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as aplicações eram compostas como seguem:

	2015	2014
Operações Compromissadas / Posição Bancada		
Letra do Tesouro Nacional - LTN	19.156	27.479
Total	**19.156**	**27.479**

O valor aplicado refere-se a títulos lastreados em LTN aplicados em "overnight" (aplicação com resgate no dia subsequente). **5. Operações de crédito:** As operações de crédito são compostas de empréstimos, financiamentos, compror e descontos de duplicatas concedidos a pessoas físicas e jurídicas (indústria, comércio e serviços), decorrentes de operações de crédito pessoal e de aquisições de bens principalmente vinculados a empresa Marcopolo S.A. do Grupo Marcopolo, ao qual também pertence o Banco. Parte substancial das operações de Financiamento são oriundas de operações de repasse BNDES. A rubrica de "outros créditos com característica de concessão de créditos" refere-se a operações recebidas em transferência (recompra) de instituições financeiras com as quais o Banco figura como avalista em operações de Finame Leasing. As operações de crédito do Banco são suportadas por garantias vinculadas à alienação fiduciária, duplicatas e hipotecas que podem representar de 100% a 130% do total do crédito concedido.

a. Composição das operações de crédito por modalidade

	2015	2014
Operações de crédito		
Empréstimos	113.887	126.715
Títulos descontados	29.423	20.345
Compror	4.773	10.004
Financiamentos	730.500	728.679
Total	878.583	885.743
Circulante	356.720	332.080
Realizável a longo prazo	521.863	553.663
Total	878.583	885.743
Prov. para créd. de liquid duvid.	–	–
Circulante	(26.624)	(16.534)
Realizável a longo prazo	(27.886)	(20.931)
	(54.490)	(37.465)
Total líquido	824.093	848.278
	2015	**2014**
Outros créditos com caracteristicas de concessão de créditos (nota 5.d)	–	402
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (nota 5.d)	–	(383)
Total líquido	–	19
	2015	**2014**
Total das operações de crédito e outros créditos	878.583	886.145
Total da provisão para créditos de liquidação duvidosa	(54.490)	(37.848)
Total geral líquido	824.093	848.297

b. Concentração dos maiores tomadores de crédito

	Concentração das operações de crédito em 31 de Dezembro			
	2015	%	2014	%
10 maiores dev.	113.488	12.92	124.780	14.08
50 seguintes maiores devedores	250.831	28.55	272.834	30.79
100 seguintes maiores devedores	207.916	23.66	218.430	24.65
Demais devedores	306.348	34.87	270.101	30.48
Total	878.583	100.00	886.145	100.00

c. Composição da carteira por vencimento:

	Títulos					
Venc.	**Emprést.**	**descont.**	**Comp.**	**Finan.**	**2015**	**2014**
Vencidos	5.636	1.511	463	12.156	19.766	11.549
A vencer						
Até 3 meses	19.724	19.913	4.310	65.062	109.009	107.334
De 3 a 12 meses	34.536	7.999	–	185.410	227.945	213.600
De 1 a 3 anos	41.394	–	–	326.218	367.612	400.830
Após 3 anos	12.597	–	–	141.654	154.251	152.832
Total da carteira	113.887	24.423	4.773	730.500	878.583	886.145
Prov. p/ créd. de liquid. duvid.	(27.464)	(974)	(258)	(25.794)	(54.490)	(37.848)
Total líq.	86.423	28.449	4.515	704.706	824.093	848.297

d. **Composição da carteira de operações de crédito, nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN e respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa**. Conforme disposto no art. 3º, da Resolução nº 2.697/00, apresentamos a composição da carteira de operações de crédito, distribuídas nos correspondentes níveis de risco, de acordo com a classificação prevista no art. 1º, da Resolução nº 2.682/99, bem como outras provisões com avais e fianças concedidas e para outros créditos, que obedeceram a mesma norma do BACEN.

	Carteira					
Níveis de risco	**Percentual provisão**	**Operações de crédito**	**Avais e fianças (*)**	**2015**	**2014**
AA	0,0%	45.660	–	45.660	3.575
A	0,5%	321.256	10.536	331.792	282.420
B	1,0%	272.887	9.220	282.107	415.662
C	3,0%	97.655	98	97.753	96.126
D	10,0%	70.203	210	70.413	64.456
E	30,0%	28.322	9	28.331	28.185
F	50,0%	19.208	–	19.208	10.551
G	70,0%	4.294	–	4.294	69
H	100,0%	19.098	–	19.098	9.664
Total		878.583	20.073	898.656	910.708

	Provisão				
Níveis de risco	**Percentual provisão**	**Operações de crédito**	**Avais e fianças (*)**	**2015**	**2014**
AA	0,0%	–	–	–	–
A	0,5%	1.606	53	1.659	1.412
B	1,0%	2.729	92	2.821	4.157
C	3,0%	2.930	3	2.933	2.884
D	10,0%	7.020	21	7.041	6.445
E	30,0%	8.497	2	8.499	8.455
F	50,0%	9.604	–	9.604	5.276
G	70,0%	3.006	–	3.006	48
H	100,0%	19.098	–	19.098	9.663
Total		54.490	171	54.661	38.340

(*)Avais e fianças - As garantias prestadas pelo Banco em função de avais e fianças concedidos montam a R$ 20.073 (R$ 24.563 em 2014) registradas em contas de compensação e referem-se a fianças e avais concedidos em operações de *Finame, Finame Leasing e Leasing*. Para fazer frente a eventuais perdas devido à necessidade de honrar tais avais e fianças, foi provisionado o montante de R$ 171 (R$ 492 em 2014), classificado em "Outras obrigações", no passivo circulante de R$ 77 (R$ 197 em 2014) e exigível a longo prazo R$ 94 (295 em 2014) para atendimento ao disposto no art. 6º da Resolução nº 2.682/99. Durante o exercício, os créditos renegociados totalizaram R$ 48.382 (R$ 21.294 em 2014), as baixas de créditos em atraso há mais de 360 dias totalizaram R$ 6.472 (R$ 9.285 em 2014) e as recuperações de créditos baixados para prejuízo foram de R$ 2.254 (R$ 1.818 em 2014). A carteira de renegociação em 31 de dezembro de 2015 totaliza R$ 62.987, e apresenta 36,03% de provisionamento. **e. Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosas - PCLD**

	2015	2014
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	54.490	37.465
Provisão para avais e fianças de liquid. duvidosa (*)	171	492
Provisão para outros créditos de liquid. duvidosa	–	383
Total	54.661	38.340
Circulante		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	26.624	16.534
Provisão para avais e fianças de liquid. duvidosa (*)	77	197
Provisão para outros créditos de liquid. duvidosa	–	383
Total	26.701	17.114
Realizável a longo prazo		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	27.866	20.931
Provisão para avais e fianças de liquid. duvidosa (*)	94	295
Total	27.960	21.226
Total geral de provisão	54.661	38.340

f.Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	2º semestre de 2015	2015	2014
Saldo inicial	41.665	38.340	32.597
Baixas por perdas	(270)	(6.472)	(9.286)
Constituição	13.266	22.793	15.029
Saldo final	54.661	54.661	38.340

6. Outros créditos diversos

	2015	2014
Depósitos judiciais - Recursos cíveis trabalhistas	780	208
Convênios a receber (a)	924	2.006
Valores a receber de clientes (b)	131	1.545
Outros créditos	371	727
Total	2.206	4.486

a.Convênios a receber: Valores a receber de cobrança bancária a compensar em D + 1. **b.Valores a receber de clientes:** Valores a receber de clientes referentes a despesas pagas por conta de despesas com regularização de bens recebidos em dação de pagamento de operações de crédito. **7. Outros valores e bens**

	2015	2014
Imóveis recebidos em dação de pagamento	20.546	40.174
Imóveis recebidos em dação de pagamento em Regime Especial	19.628	–
Veículos retomados ou recebidos em dação de pagamento	6.975	6.950
Provisão para perdas em bens não de uso	(3.936)	(866)
Despesas antecipadas	–	6
Total	43.213	46.264

Os veículos retomados ou recebidos em dação de pagamento são vendidos em um período máximo de 02 anos, e sobre eles são constituídas provisões para perdas relativas à custas de manutenção, guarda entre outros gastos vinculados à venda até a data da efetiva venda do bem. **8. Depósitos interfinanceiros:** Os depósitos estão assim demonstrados:

	2015	2014
Interfinanceiros - Até 9 meses	39.425	38.842
Total	39.425	38.842

Os depósitos interfinanceiros (em instituições financeiras) estão classificados de acordo com seus vencimentos contratuais com taxa média ponderada de juros prefixada de 108,21% do DI. Os depósitos estão registrados na CETIP S.A. - Mercados Organizados.

9. Obrigações por repasses do país - Instituições oficiais

Repasses	Pré	Pós	2015 Total	2014
2015	–	–	–	223.769
2016	194.905	40.269	235.174	197.196
2017	175.330	16.714	192.044	149.614
2018	118.579	5.515	124.094	81.776
2019	73.772	3.245	77.017	36.493
2020	36.235	682	36.917	12.137
2021	11.514	28	11.542	6.909
2022	1.686	–	1.686	1.615
2023	918	–	918	918
2024	382	–	382	382
Total	613.321	66.453	679.774	710.809
Circulante	194.905	40.269	235.174	223.769
Exigível longo prazo	418.416	26.184	444.600	487.040
Total	613.321	66.453	679.774	710.809

	2015	2014
Operações Pré fixadas	613.321	598.020
Operações Pós fixadas	66.453	112.789
Total	679.774	710.809

Os recursos internos representam captações do BNDES. Essas obrigações têm vencimentos mensais até maio de 2024, com incidência de encargos financeiros nas operações pré fixadas à uma taxa média ponderada de 3,60% ao ano e nas operações pós fixadas à uma taxa média ponderada de 1,50% adicionada da variação da taxa TJLP ao ano, que em 31 de dezembro de 2015 foi de 7% . Os recursos são repassados aos clientes nos mesmos prazos e taxas de captação, acrescidas de comissão de intermediação. Como garantia destes recursos, foram repassadas as garantias recebidas nas correspondentes operações de crédito.

10. Fiscais e previdenciárias

continua

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Atendendo disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, relativas aos exercícios findos nessas datas. Caxias do Sul, 19 de fevereiro de 2016.

A Administração

Demonstrações de resultados Exercícios findos em 31 de dezembro 2015 e 2014 e semestre findo em 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de Reais)

	2º Semestre de 2015	2015	2014
Receitas da interm. financeira	46.720	86.410	77.597
Operações de crédito	44.716	82.632	74.953
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	2.004	3.778	2.644
Despesas da interm. financeira	(27.809)	(49.341)	(35.234)
Oper. de captação no mercado	(2.741)	(5.205)	(2.008)
Oper. de emprést. e repasses	(11.802)	(21.343)	(18.197)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 5.f)	(13.266)	(22.793)	(15.029)
Result. bruto da intermed. financ.	18.911	37.069	42.363
Outras receitas (desp.) operac.	(12.805)	(26.450)	(16.708)
Rendas de tarifas bancárias	795	1.398	1.153
Despesas de pessoal	(5.138)	(11.055)	(10.385)
Outras desp. administ. (Nota 17)	(2.335)	(4.387)	(4.250)
Despesas tributárias (Nota 18)	(1.522)	(3.067)	(2.718)
Outras receitas (desp.) operac. líquidas (Nota 19)	(4.605)	(9.339)	(508)
Resultado operacional	6.106	10.619	25.655
Result. não operac. (Nota 20)	(542)	(844)	(991)
Result. antes da tribut. s/ o lucro	5.564	9.775	24.664
IR e contribuição social	411	(1.360)	(10.014)
Corrente (Nota 15.a)	(8.391)	(13.025)	(12.198)
Diferido (Nota 15.a)	8.802	11.665	2.184
Lucro líq. do semestre/exercício	5.975	8.415	14.650
Lucro líq. do semestre/exercício por ação - R$	0.040	0.056	0.098

As notas explic. são parte integrante das demonstr. financeiras.

Demonstrações do valor adicionado Exercicios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e semestre findo em 31 de dezembro de 2015

	2º Semestre de 2015	2015	2014
Receitas			
Receitas de interm. financeira	44.599	83.650	75.252
Receita de prest. de serviços	795	1.398	1.153
Outras receitas (desp.) operacionais e não operac.	(3.025)	(7.423)	846
Prov. p/ créditos de liquid. duv.	(13.266)	(22.792)	(15.029)
	29.103	54.833	62.222
Recursos obtidos de terceiros			
Desp. de intermed. financeira	(14.544)	(26.549)	(20.205)
Materiais. energia. serviços de terceiros e outros	(1.633)	(2.943)	(2.900)
Valor adicionado total bruto	12.926	25.341	39.117
Depreciação	(139)	(289)	(285)
Valor adic. líquido produzido pelo Banco - Total a distribuir	12.787	25.052	38.832
Distrib. do valor adicionado			
Pessoal e encargos			
Remuneração direta	3.907	8.298	7.842
Beneficios	578	1.220	1.186
FGTS	184	552	399
	4.669	10.070	9.427
Impostos. taxas e contribuições			
Federais	1.515	5.176	13.609
Estaduais	3	4	1
Municipais	62	232	80
	1.580	5.412	13.690
Remun. de capitais de terceiros			
Aluguéis	563	1.155	1.065
	563	1.155	1.065
Remun. de capitais próprios			
Dividendos	4.472	4.472	4.707
Lucros retidos	1.503	3.943	9.943
	5.975	8.415	14.650
Valor adicionado distribuído	12.787	25.052	38.832

As notas explic. são parte integrante das demonstr. financeiras.

Demonstrações do fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro 2015 e 2014 e semestre findo em 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de Reais)

	2º Semestre de 2015	2015	2014
Fluxo de caixa das ativid. oper.			
Lucro líq. do sem. / exercício	5.975	8.415	14.650
IR e contribuição social			
Corrente	8.391	13.025	12.198
Diferido	(8.802)	(11.665)	(2.184)
Lucro líq.antes do IR e da CS	5.564	9.775	24.664
Movim. que não afetam o fluxo de caixa	31.185	52.680	23.919
Depreciações e amortizações	139	289	285
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	13.266	22.792	15.029
Desp. de juros e var. monet. da intermediação financeira	14.543	26.548	20.205
(Aquisição) de bens não de uso	3.237	3.051	(11.600)
(Aum.) red. nos ativos oper.	(20.672)	6.852	(73.274)
(Aum.) red. em oper. de crédito	(26.045)	688	(75.231)
Redução em outros créditos	5.373	6.164	1.957
(Red.) aum. nos passivos oper.	(37.745)	(72.859)	23.869
Aumento em outras obrigações	983	2.003	536
Dividendos propostos	(4.472)	(4.472)	(4.707)
Result. de exercícios futuros	(24)	(111)	(294)
(Aum.) Red. em obrigações por repasse	(13.838)	(52.380)	3.199
(Aum.) Redução em depósitos	(12.621)	(4.621)	36.833
IR e contribuição social pagos	(7.773)	(13.278)	(11.698)
Caixa proveniente/ (aplicado) das operações	(21.668)	(3.552)	(822)
Fluxos de caixa das ativ. de investimentos	24	(80)	(69)
Aquisição de imobilizado	24	(80)	(69)
Fluxos de caixa das ativid. de financiamento	–	(4.707)	(5.797)
Dividendos pagos	–	(4.707)	(5.797)
Aum. (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	**(21.644)**	**(8.339)**	**(6.688)**
Modific. na posição financeira			
Caixa e equivalentes de caixa			
No inicio do semestre/exercício	40.808	27.503	34.191
No final do semestre/exercício	19.164	19.164	27.503
Aum. (Red.) do caixa e equivalentes de caixa	(21.644)	(8.339)	(6.688)

As notas explic. são parte integrante das demonstr. financeiras.

Demonstrações de result. abrangentes Exercicício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e semest. findo em 31 de dezembro de 2015

	2º Semestre de 2015	2015	2014
Resultado do período	5.975	8.415	14.650
Outros resultados abrangentes	–	–	–
Reconhec. do passivo atuarial (Nota 22)	–	–	–
Efeito tribut. s/ o passivo atuarial (Nota 22)	–	–	–
Resultado abrangente do período	5.975	8.415	14.650

As notas explic. são parte integrante das demonstr. financeiras.

Banco Moneo S.A.

	2015	2014
Imposto de renda	2.096	2.576
Contribuição social	1.505	1.415
Outras	749	727
	4.350	4.718

11. Outras obrigações diversas

	2015	2014
Provisões para pagamentos a efetuar (a)	4.431	4.276
Provisão Marcoprev (nota 22.a)	138	–
Provisões para contingências (nota 12)	1.161	330
Provisões para avais e fianças de liquidação duvidosa (nota 5.d)	171	492
Operações de crédito a liberar (b)	161	33
Recebimentos antecipados de operações de crédito	24	90
Outras	53	29
	6.139	5.250
Circulante	6.057	4.955
Exigível a longo prazo	82	295

(a) Provisões para pagamentos a efetuar referem-se substancialmente a honorários de diretoria e ordenados de funcionários a pagar, no montante de R$ 4.113 (R$ 3.963 em 2014). (b) As operações de crédito a liberar correspondem a financiamentos contratados pendentes de pagamento a clientes, no prazo médio de três dias. **12. Passivos contingentes e obrigações legais - fiscais**: Em 31 de dezembro de 2015 o Banco possuía processos contingentes classificados como de perda provável registrado em "Outras obrigações". O Banco é parte em processos judiciais classificados como de perda provável, conforme abaixo detalhados:

	2015	2014
Passivos contingentes - processos cíveis	132	170
Passivos contingentes - processos trabalhistas	1.029	160
	1.161	330

(a) Processos cíveis - São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento dos tribunais, bem como quando houver expectativa de desembolso futuro de caixa. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro do Banco. O valor das contingências possíveis não provisionados totalizam o montante de R$ 984 (R$ 857 em 2014) referente a processos cíveis relativos a revisionais de contrato, indenizações, entre outros, composto por um total de 17 ações em 2015 e 23 ações em 2014. **(b) Processos trabalhistas -** tratam-se de processos impetrados por ex-funcionários do Banco. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos do Grupo Marcopolo, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento dos tribunais, bem como quando houver expectativa de desembolso futuro de caixa. **(c) Outros processos** - O Banco possui ação de revisão da base de cálculo do PIS e da COFINS, cuja possibilidade de perda é provável. O Banco realizou o recolhimento de tais valores na forma de depósitos judiciais até julho de 2011, cujos valores estão contabilizados na conta "Outros créditos - diversos" totalizando o montante de R$ 5.457 na rubrica de Recursos fiscais, o qual está integralmente provisionado e apresentado pelo líquido. Sobre tais valores é constituída provisão mensal conforme atualização monetária. A partir de agosto de 2011, considerando a classificação de perda provável, o Banco deixou de recolher os mesmos na forma de depósito judicial, e passou a recolhê-los mensalmente de forma integral. **13. Resultados de exercícios futuros:** Constituídos por receitas com avais e fianças concedidos em operações de arrendamento mercantil *"Leasing"* e *"Finame Leasing"* em que o Banco figura como avalista, a serem apropriados em resultados futuros conforme abaixo:

	2015	2014
2015	–	206
2016	98	3
	98	209

14. Patrimônio líquido: a. Capital social: O capital social da Instituição pertence inteiramente a acionistas domiciliados no país e é composto de 150.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal no montante de R$ 150.000. **b. Reservas de lucros:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. A reserva estatutária em 31 de dezembro de 2015 no montante de R$ 31.122 corresponde aos saldos remanescentes dos lucros acumulados à disposição da Assembléia Geral Ordinária conforme prevista no Art. 27.c do Estatuto Social. A referida reserva visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Instituição, até atingir o limite de 95% do valor do capital social integralizado. **c. Dividendos:** Conforme Art. 27 do estatuto é assegurada a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Os dividendos propostos no período, em consonância com a legislação societária e o estatuto social, foram calculados conforme abaixo, e foram calculados com base no lucro líquido apurado para fins societários:

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	8.415	14.650
(-) Constituição de reserva legal (5%)	(421)	(732)
Ajustes de práticas contábeis (a)	9.896	4.910
Base de cálculo dos dividendos mínimos	17.890	18.828
Dividendos propostos	4.472	4.707

Os dividendos propostos foram aprovados pelo único acionista (controlador) em 26/01/2016. Os resultados do exercício 2015 foram destinados a constituição de Reserva Legal e Reserva Estatutária, conforme previsto no estatuto. (a) As demonstrações financeiras preparadas para fins societários alinhadas às práticas contábeis do Grupo Marcopolo, contém diferenças em relação às demonstrações financeiras para apresentação ao Bacen, substancialmente em razão da aplicação da Resolução nº 2.682/99 do CMN para fins de provisionamente de créditos de liquidação duvidosa. **15. Imposto de renda e contribuição social: a. Imposto de renda e contribuição social correntes**: Conciliação do resultado de imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro do período:

	2º Semestre 2015	Exercício de 2015	Exercício de 2014
Lucro antes da trib. sobre o lucro	5.564	9.775	24.664
IR e contribuição social às alíquotas nominais de 40% e 45% (nota 3.g) (a)	(2.504)	(4.189)	(9.866)
Adições permanentes no imposto corrente	(151)	(288)	(250)
Benifícios fiscais Vale cultura e PAT	30	69	78
5% s/ Saldo Créd. Tribut. (ref. alíquota CS de 15% para 20%) (a)	3.024	3.024	–
Outras adições, líq.	12	24	24
IR e CS no resultado	411	(1.360)	(10.014)
IRPJ corrente	(4.769)	(7.646)	(7.676)
CSLL corrente	(3.622)	(5.379)	(4.522)
IRPJ diferido	3.271	5.010	1.365
CSLL diferido	5.531	6.655	819
	411	(1.360)	(10.014)

(a)Foi incluído, no 2º semestre de 2015, o montante de R$ 3.024 relativo à ativação de créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da CSLL (Lei n.º 13.169/2015) e R$ 905 relativo ao imposto corrente. **b.Imposto de renda e contribuição social diferidos**: Em 31 de Dezembro, o ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias está registrado no grupo "Outros Créditos" e é assim representado:

Apuração

	2015	2014
Diferenças temporárias		
Provisão para créditos de liquid. duvidosa (nota 5.e)	54.661	38.340
Créditos baixados para prejuízo	5.666	9.106
Provisão para contingências	6.618	3.812
Provisão para perdas em bens não de uso (nota 7)	3.936	866
Perdas em bens não de uso baixados para prejuízo	2.108	823
Provisão Marcoprev	138	–
Base de cálculo para IR e CS	73.127	52.948
Impostos diferidos - Imposto de renda 25%	18.282	13.237
Impostos diferidos - CS 15% e 20% (nota 3.g)	14.625	7.942
Ativo fiscal diferido	32.907	21.179
Ativo circulante (classificado em "Outros créditos")	5.679	4.310
Realiz. a longo prazo (classi. em "Outros créditos")	27.228	16.869

c. Movimentação

	2015	2014
Saldo anterior, em 31 de dezembro	21.179	19.192
Crédito tributário líq. constit./(revertido) no exercício	11.728	1.987
Saldo atual, em 31 de dezembro	32.907	21.179

d.Expectativa de realização dos créditos tributários: Os créditos tributários são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos forem recuperados ou liquidados, cuja expectativa é conforme demonstrado abaixo:

Período	2015	2014
2015	–	4.310
2016	5.679	2.788
2017	12.987	4.647
2018	13.772	9.348
2019	469	–
2021	–	86
	32.907	21.179

O valor presente do crédito tributário, em 31 de dezembro de 2015, calculado com base na taxa média de captação de 14,14% a.a. e pelos prazos acima descritos é de R$ 25.899 (R$ 16.471 em 2014 à taxa de 11,65% a.a.). **16.Limite operacional (Acordo da Basiléia)** As instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, conforme Resolução nº 2.099/94, do Conselho Monetário Nacional e legislação complementar. Em 31 de dezembro de 2015, o índice do Patrimônio de Referência em relação aos ativos ponderados do Banco era de 18,72%, superior ao índice mínimo exigido pelos normativos, que é de 11%. **17. Outras despesas administrativas**

	2º Semestre de 2015	Exercício de 2015	Exercício de 2014
Desp. de proces. de dados	386	770	674
Desp. com localiz. e func.	366	730	697
Desp. de propag. e publicidade	125	245	340
Desp. de serv. do sistema financeiro	310	593	607
Desp.de serv. técnicos especializ.	510	841	718
Despesas de viagem no país	265	481	513
Depreciações e amortizações	139	289	285
Custas judiciais e cartorárias de bens retomadas	140	288	254
Outras	94	150	162
Total	2.335	4.387	4.250

18. Despesas tributárias

	Alíquota	2º Semestre de 2015	Exercício de 2015	Exercício de 2014
Prog. de integ. social (PIS)	0,65%	203	395	369
Contrib. p/ o financ. da segur. social (COFINS)	4,00%	1.253	2.435	2.268
Imposto s/ serviços (ISS)	5,00%	40	70	58
Outras desp. tributárias		26	167	23
Total		1.522	3.067	2.718

19. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

	2º Semestre de 2015	Exercício de 2015	Exercício de 2014
Rendas de garantias prestadas	33	232	514
Reversão prov. operac. com veículos apreendidos	1.171	3.109	717
Rever. provis. p/ conting. fiscais e trabalhistas	37	120	204
Desp. com veíc. apreendidos (bens não de uso)	(464)	(807)	(350)
Desp. com perdas ações judic.	–	(58)	(13)
Descontos concedidos (a)	–	(3.638)	–
Prov.atualiz.ação Pis/Cofins (nota 12.c)	(349)	(1.974)	–
Provisão de bens apreendidos (bens não de uso)	(4.402)	(5.372)	(1.146)
Prov. p/ conting. fiscais e trab.	(631)	(951)	(434)
Total	(4.605)	(9.339)	(508)

(b)Valor relativo a descontos concedidos em negociação de encerramento das operações com o cliente inadimplente. **20. Resultado não operacional**

	2º Semestre de 2015	Exercício de 2015	Exercício de 2014
Despesas não operacionais	(973)	(1.585)	(1.411)
Receitas não operacionais	431	741	420
	(542)	(844)	(991)

Valores referem-se principalmente a resultado na alienação e baixas de bens não de uso (bens retomados ou recebidos em dação de pagamento). **21. Partes relacionadas**: **a. Transações e saldos:** O Banco não possui saldos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2015 e 2014. Foram pagos a título de ressarcimento de despesas administrativas o valor de R$ 87 (R$ 69 em 2014) no exercício para a Marcopolo S.A. **b. Remuneração do pessoal-chave da administração:** Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global a ser pago no exercício a título de remuneração dos Administradores. Na Assembléia Geral Ordinária de 27 de março de 2015 foi aprovada a remuneração global anual da administração no valor de até R$ 1.200. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 ocorreram despesas no valor de R$ 2.023 (R$ 1.850 em 2014), conforme segue:

	2015	2014
Remuneração - pró-labore	786	725
Encargos sociais	177	163
Benefícios agregados	1.060	962
	2.023	1.850

A reunião do Conselho de Administração de 12 de maio 2014 ratificou a Política de Remuneração dos Administradores alinhando com as determinações da Resolução nº 3921/10 do BACEN. **c. Outras informações:** O Banco não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração. Conforme legislação em vigor não foram concedidos financiamentos, empréstimos ou adiantamentos para Diretores e membros do conselho, e respectivos cônjuges e parentes até o 2° grau. **22. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários:** O Banco é patrocinador da Marcoprev - Sociedade de Previdência Privada, sociedade civil, sem fins lucrativos, constituída em dezembro de 1995, cujo principal objetivo é conceder benefícios complementares aos da Previdência Social aos empregados do Banco. No ano de 2015 foi despendido em contribuições o montante de R$ 183 (R$ 179 em 2014). O regime atuarial de determinação do custo e contribuições do plano é pelo método de capitalização. É um plano misto, de "benefícios definidos" onde as contribuições são de responsabilidade exclusiva do patrocinador, e de "contribuição definida" onde as contribuições são do patrocinador e do participante, de forma opcional. O Banco Moneo apresentou ajuste a valor presente das obrigações atuariais na data-base 31 de dezembro de 2012 e desde então adotou, em conjunto com a Marcopolo, o procedimento de revisão de avaliação atuarial do Plano de Pensão e benefício pós-emprego trimestral, sendo que os seus efeitos registrados e apresentados no período a ser divulgado. Não há existência de efeitos da adoção do CPC 33 (R1). Os valores relacionados aos benefícios pós-emprego foram apurados em avaliação atuarial do primeiro semestre, conduzida pelos atuários independentes Towers Perrin Forster & Crosby Ltda., e estão demonstrados conforme abaixo apresentado:

	2015	2014
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	(2.088)	(2.092)
Valor justo dos ativos do plano	2.331	2.145
Restrição de limite de ativo de benefício definido	(243)	(53)
Ativo (Passivo) líquido calculado	–	–

a. A movimentação do passivo líquido atuarial é como segue

	2015	2014
Passivo líquido no início do exercício	–	(492)
Ganho (perda) reconhecida	(12)	26
Despesas no ano	(121)	(161)
Contribuições reais da empresa no ano	133	135
Passivo líquido provisionado não revertido no período	(138)	492
Passivo líquido no final do exercício	(138)	–

Despesa líquida com o plano de pensão e de benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a funcionários:

Despesas	2015	2014
Custo de serviço corrente	138	178
Juros sobre a obrigação atuarial	242	181
Remuneração dos efeitos reconhecimendos em ORA	(251)	(190)
Contribuições de funcionários	(8)	(8)
	121	161

As principais premissas atuariais na data do balanço são:

b. Hipóteses econômicas

	Percentual ao ano 2015	2014
Taxa de desconto	11.75	12.27
Taxa de crescimento salarial	8.36	8.56
Inflação	5.20	5.40

c. Hipóteses demográficas

	2015 e 2014
Tábua de mortalidade	AT 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB 1983
Tábua de entrada em invalidez	RRB 1944

O Plano de Pensão Marcoprev é avaliado anualmente e atualizado com base nos indicadores do ano anterior. A última Avaliação atuarial segundo as regras do IFRS (International Financial Reporting Standards) foi concluída em 26 de janeiro de 2016 e realizada pelos atuários independentes Tower Watson Foster & Crosby Ltda.

23. Estruturas de gerenciamento de risco: a. Risco operacional: O Banco Moneo atendendo às determinações dos órgãos reguladores, bem como visando aprimorar seus controles internos, desenvolveu uma estrutura para gerenciar o risco operacional ao qual o Banco está exposto. Essa estrutura tem como objetivo identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos operacionais inerentes aos produtos, processos, serviços, atividades e sistemas do Banco. O Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, composto pelos diretores e membros do Conselho de Administração do Banco, revisa e aprova anualmente a Política de Gerenciamento do Risco Operacional, a qual visa garantir o cumprimento do modelo de gestão de risco utilizado pelo Banco. A estrutura deste gerenciamento é suportada por: Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, Comitê de Controles Internos e Riscos, Diretor Responsável pelo Gerenciamento do Risco Operacional, Agentes de Compliance, Área de Compliance e Auditoria Interna, conforme dispõe a Resolução CMN nº 3.380/06. A descrição completa da Estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional do Banco encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico www.bancomoneo.com.br. **b. Risco de mercado:** De acordo com a Resolução CMN nº 3.464/2007, o risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma Instituição Financeira. Dentre as várias posições que podem sofrer flutuação nos valores de mercado, o Banco Moneo somente possui os riscos de operações sujeitas à variação das taxas de juros. A gestão de riscos de mercado consiste no processo de identificação e avaliação dos riscos existentes ou potenciais, e no seu efetivo monitoramento e controle, conduzidos através da adoção de limites consistentes com as estratégias de negócios, de políticas e processos de gestão e de metodologias voltadas a sua administração e à alocação de capital econômico compatível com os riscos incorridos. O Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, composto pelos diretores e membros do Conselho de Administração do Banco, revisa e aprova anualmente a Política de Gerenciamento do Risco de Mercado, visando garantir o cumprimento do modelo de gestão de risco utilizado pelo Banco. A estrutura de gerenciamento do Risco de Mercado é composta por: Conselho de Administração, Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, Comitê de Tesouraria e Operacional, Comitê de Controles Internos e Riscos e Diretor de Crédito e Cobrança. Também fazem parte desta estrutura: Área de Compliance, Gerência Administrativa e Financeira e Auditoria Interna/Externa. A descrição completa da Estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado do Banco encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico www.bancomoneo.com.br. **c. Risco de crédito:** A estrutura de gerenciamento de Risco de Crédito do Banco, visa garantir a aderência às leis, regulamentos e normas vigentes e adotar as melhores práticas de Gerenciamento do Risco de Crédito, em consonância com as recomendações da Resolução CMN nº 3.721/2009. A estrutura contempla o gerenciamento contínuo e integrado do risco de crédito ao qual o Banco está exposto, buscando a identificação, mensuração, controle e mitigação do risco de crédito. O Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, composto pelos diretores e membros do Conselho de Administração do Banco, revisa e aprova anualmente a Política de Gerenciamento do Risco de Crédito, visando garantir o cumprimento do modelo de gestão de risco utilizado pelo Banco. A estrutura desta área é composta por: Conselho de Administração, Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, Comitê de Crédito e Cobrança, Comitê de Controles Internos e Riscos e Diretoria de Crédito e Cobrança e Área de Compliance. A descrição completa da Estrutura de Gerenciamento do Risco de Crédito do Banco encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico www.bancomoneo.com.br. **d. Risco de liquidez:** O Banco possui uma estrutura de gerenciamento de risco de liquidez compatível com sua estratégia de crescimento e com a complexidade de suas operações, que objetiva a identificação, a avaliação, o monitoramento e controle dos riscos que podem impactar sua liquidez, em conformidade com as disposições da Resolução CMN no 4.090/2012. A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é composta pelo Conselho de Administração, Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, Comitê de Controles Internos e Riscos, Diretoria de Crédito e Cobrança, Compliance e Gerência Administrativa e Financeira. O processo de gerenciamento de risco de liquidez está alinhado às melhores práticas de mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos relevantes às operações do Banco. A descrição completa da Estrutura de Gerenciamento de Risco de Liquidez encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico www.bancomoneo.com.br. **e. Gerenciamento de capital:** O Banco possui uma estrutura de gerenciamento de capital compatível com sua estratégia de crescimento e com a complexidade de suas operações, que objetiva o monitoramento do capital econômico existente e a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos aos quais está exposto, em conformidade com as disposições da Resolução 3988/2011. O processo de gerenciamento de capital está alinhado às melhores práticas de mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos relevantes às operações do Banco. A estrutura compreende os seguintes órgãos e áreas: Conselho de Administração, Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, Comitê de Controles Internos e Riscos e Diretoria de Crédito e Cobrança, Área de Compliance e Gerência Administrativa e Financeira. A descrição completa da Estrutura de Gerenciamento de Capital do Banco encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico www.bancomoneo.com.br. ***Relatório de Riscos (Consolidado):*** O Banco Moneo disponibiliza em seu site www.bancomoneo.com.br relatório contendo informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) da Instituição, tanto sob o aspecto quantitativo como qualitativo, e informações relativas à Razão de Alavancagem (RA), conforme disposto nas Circulares 3.678/2013 e 3.748/15 do Banco Central do Brasil. **24. Instrumentos derivativos**: O Banco não possui operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos, sendo os instrumentos financeiros ativos e passivos registrados aos seus valores de negociação os quais se aproximam dos respectivos valores justos. **25. Seguros**: O Banco adota a política de contratar cobertura de seguros para seus valores e bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Conselho de Administração

Mauro Gilberto Bellini - Presidente do conselho
José Rubens De La Rosa - Vice presidente do conselho
Carlos Zignani - Conselheiro
José Antonio Valiati - Conselheiro

Diretoria

José Antonio Valiati - Diretor administrativo e financeiro
Fabio Dahlem da Rosa - Diretor comercial
José Fernando Bettoni - Diretor de crédito e cobrança

Contador

Cleber Alexandre Bernart
CRC/RS 81.323/O-4

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas do
Banco Moneo S.A.
Caxias do Sul - RS

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Moneo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre, findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**. A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes**: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião**: Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Moneo S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Demonstração do valor adicionado**: Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2015, cuja apresentação está sendo efetuada de forma espontânea pelo Banco e como informação suplementar pelas IFRSs, que não requer a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião,está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 19 de fevereiro de 2016

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7

Cristiano Jardim Seguecio
Contador CRC SP-244525/O-9 T-RS